



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 77ª
(SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DISCUTIR QUESTÕES RELACIONADAS COM A SEGURANÇA
PRIVADA NO DISTRITO FEDERAL
DE 1º DE SETEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 166, de 13/9/2011, juntamente com a ata sucinta da 77ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	2

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 76ª Sessão Ordinária.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A presente comissão geral, conforme aprovação pelo Plenário do Requerimento nº 543, de 2011, de minha autoria, destina-se a debater hoje, dia 1º de setembro de 2011, quinta-feira, questões relacionadas à segurança privada no Distrito Federal.

Convido todos para que adentrem ao plenário para início da Comissão Geral.

Solicito à nossa Assessoria e ao serviço de Segurança que agilizem para que as pessoas possam adentrar imediatamente, a fim de que ganhem tempo e possamos discutir esse assunto tão importante que é a segurança privada no Distrito Federal, especialmente a chamada segurança clandestina, que faz vítimas constantemente.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h31min, a sessão é reaberta às 15h47min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a discutir questões relacionadas com a segurança privada no Distrito Federal.

Convido a tomar assento à Mesa: o Sr. José Tadeu Braga Lopes, representando o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (Palmas.); o Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Sr. Jervalino Rodrigues Bispo (Palmas.); o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes, Sr. João Soares (Palmas.); o Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Distrito Federal, Sr. Irenaldo Pereira Lima – nosso conhecido Índio (Palmas.); o Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Britto (Palmas.); o chefe da Assessoria Institucional da Polícia Civil do Distrito Federal, Delegado Jurandir Teixeira Pinto, representante da Dra. Mailine Alvarenga, Diretora-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal. (Pausa.)

Tenho aqui em mãos o Ofício nº 2.407, de 2011: "Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, Câmara Legislativa do Distrito Federal. Assunto: Comissão geral para discutir questões relacionadas com a segurança privada no Distrito Federal. Exmo. Deputado, honra-me o convite dirigido por V.Exa. através do Ofício nº 153. Gostaria



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	3

de poder comparecer ao debate que será levado a cabo na comissão geral, especialmente porque a segurança privada é assunto da mais alta relevância. Todavia lamento informar que compromissos previamente agendados impedem meu comparecimento a esta respectiva Casa Legislativa. Contando com a compreensão de V.Exa., peço escusas pela ausência e coloco-me à disposição para quaisquer debates e esclarecimentos em outra data mais oportuna. Respeitosamente. Flávio Maltez Coca, Delegado da Polícia Federal, 1ª Classe.”

Senhoras e senhores, nós sabemos que é de competência da Polícia Federal a fiscalização do exercício da atividade de segurança privada. Mas sabemos também que é de competência de todos nós, trabalhadores e empresários, ou seja, vigilantes e empresários da segurança privada, bem como das autoridades constituídas do Distrito Federal – os dirigentes da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública – zelar pela segurança pública. Neste contexto está incluída a segurança privada no Distrito Federal.

E nós sabemos, meus amigos – é só acompanharmos o noticiário dos jornais, do rádio, da televisão e dos *blogs* – o quanto tem sido distorcido, desvirtuado o sentido da segurança privada no Distrito Federal. Nós estamos verificando, Sr. Representante do Secretário de Segurança e Sr. Representante da Dra. Mailine, que as pessoas estão com maior facilidade em contratar segurança privada em Brasília, mas geralmente contratam mal, porque não se dirigem a uma empresa ou contratam um homem efetivamente treinado. Essas pessoas estão por aí nos bares, nas festas, nos restaurantes, em condomínios, a espancar as pessoas, até a torturar pessoas. Nós vimos seguranças privados – não dá nem para chamar de seguranças, são brutamontes – usando aparelhos para dar choque em pessoas.

Portanto, o sentido desta comissão geral é que precisamos dar um basta nisso. Não dá para continuar essa situação de descalabro existente hoje no Distrito Federal com esses elementos. Quando a Polícia Civil age, e tem agido, os caras dizem o seguinte: isso é competência da Polícia Federal. Então o que nós queremos? Eu lamento que a Polícia Federal não tenha comparecido, mas ao final vou propor um seminário para debater esse assunto, nós vamos trazer novamente as autoridades, os representantes da Polícia Civil, também trazer a Polícia Federal e até mesmo o representante do Ministério da Justiça, porque nós precisamos discutir esse assunto com a profundidade, João, que ele merece. Afinal de contas, estamos na Capital da República, Índio! E todos nós temos de dar exemplo. Nós não podemos admitir, em hipótese nenhuma, que em plena Capital da República esteja a ser praticado o que está sendo praticado hoje em Brasília.

Eu vi outro dia, em um bar situado no Setor Bancário Sul – se não me falha a memória foi o Bar do Calaf – elementos espancando pessoas. Não dá para serem chamados de seguranças, pois isso, na verdade, atinge a honra e a dignidade dos verdadeiros seguranças, porque vigilante que é vigilante não espanca ninguém,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	4

vigilante que é vigilante sabe exercer o seu papel de segurança, e, se extrapolar, sabe que é posto para fora. A gente viu aqueles elementos no Bar do Calaf espancando pessoas.

Eu recebi outro dia uma denúncia de uma senhora que mora na região chamada Altiplano Norte, entre o Lago Sul e o Jardim Botânico, uma área altamente valorizada. Essa senhora é chacareira, ela tem uma chacarazinha lá. E montaram uma milícia. Havia uma milícia na região cobrando e expulsando gente do Altiplano Norte. A senhora me procurou aqui desesperada. Na época ainda era Diretor da Divisão de Segurança Privada o Dr. Adelar, eu fiz chegar a ele imediatamente a informação a respeito desse absurdo que estava acontecendo no Altiplano Norte, e ele mobilizou uma equipe de delegados e agentes da Polícia Federal que foram lá e restabeleceram a ordem. Os homens chegaram ao ponto de estarem vestidos com roupas pretas com escudos, armados, em carros com os giroflex ligados, como se fossem autoridades. Quando a senhora me contou isso, morrendo de medo, no meu gabinete, eu falei: “Não é possível, isso não é a Capital da República”. Isso não pode continuar acontecendo.

Deputado Olair Francisco, essa é uma questão de todos nós. O sentido desta comissão geral não é culpar a Secretaria de Segurança ou as empresas, até porque as empresas constituídas estão agindo dentro da lei, mas é que todos nós, trabalhadores, empresários e Governo, Dr. Geraldo, V.Exa. que tão bem treina os vigilantes – tem uma academia histórica aqui no Distrito Federal –, façamos com que a lei seja restabelecida no Distrito Federal e que todos possamos ajudar as autoridades no sentido de combater essas ilicitudes que estão acontecendo aqui.

Eu tive outra experiência que até comentei com o Irenaldo, o Índio, Presidente do Sindicato das Empresas, e falei com o Secretário de Segurança, que mobilizou a Polícia Civil, que mobilizou a Polícia Federal. Existe uma empresa que ocupa um terreno de maneira legal – eles pagam aluguel do terreno – no Setor de Indústria, e um dia, de madrugada, na calada da noite, apareceu lá uma milícia, homens armados com tratores, derrubando o estabelecimento. De madrugada! Eu falei: “Isto aqui não é Marabá, no Estado do Pará! Isto não é Codó, no meu querido Estado do Maranhão! Isto aqui é a Capital da República.” Se alguém se sente prejudicado – pra que existe a Justiça? –, vai à Justiça, consegue um mandato judicial, a Justiça requisita as autoridades competentes e faz à luz do dia. Não tenho notícia de nenhuma ação da Polícia Civil e da Polícia Militar do Distrito Federal feita na calada da noite. Não existe. É feito inclusive com a presença, muitas vezes, de promotores públicos, com ampla cobertura da imprensa, exatamente para não ter ilegalidade. Mas os caras foram de madrugada. Aí tivemos de acionar a Secretaria de Segurança Pública – Dra. Mailine e o então Secretário da época – para que providências fossem tomadas.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	5

Se deixarmos esse negócio crescer aqui no Distrito Federal, daqui a alguns dias vai acontecer o que acontece hoje no Rio de Janeiro, que são as milícias. É o ovo da serpente do mal que está plantado. Se não tomarmos cuidado, se não agirmos hoje, se não coibirmos esse tipo de abuso, daqui a alguns dias serão as milícias que estarão estabelecidas aqui no Distrito Federal, e nós não podemos, não devemos e não vamos aceitar práticas ilícitas aqui no Distrito Federal.

O sentido efetivo desta comissão geral é debatermos amplamente, de maneira direta, franca, colocando as coisas como elas são e dando as mãos para que possamos combater. Aqui não temos trabalhadores de um lado e empresários de outro, não temos Governo de um lado e trabalhadores de outro, queremos todos estar juntos, Rodrigo, todos nós juntos para não permitirmos que esse tipo de ilicitude continue existindo aqui no Distrito Federal. Quando propus esta comissão geral, fizemos questão de convidar as autoridades públicas, mas também de chamar os empresários – além do Presidente do Sindicato, temos uma delegação de empresários aqui presente – porque queremos trilhar dentro da lei. Sei que os empresários da segurança privada do Distrito Federal, que eu conheço, os empresários sérios do Distrito Federal querem trilhar dentro da lei.

Ninguém quer nada mais nada menos do que a lei, porque, se todo mundo está dentro da lei, não se abre espaço para a ilicitude; se todo mundo está dentro da lei, não há privilégios, porque a lei não privilegia. A lei é justa. Existe lei para ser cumprida e às autoridades policiais cabe fazer o cumprimento da lei. Nós queremos ajudar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e a Polícia Civil, que é a polícia judiciária, no sentido do combate às ilicitudes, por que não dizer às quadrilhas que estão se estabelecendo no Distrito Federal dizendo que são segurança privada quando não são?

Uma das coisas que mais deixa a gente triste é abrir o jornal – e muitas vezes as pessoas não sabem distinguir isto – e estar escrito: “seguranças espancam”. Não eram seguranças, eram bandidos. “Segurança jogou gás de pimenta”. Não é segurança, é marginal. “Segurança deu choque”. Ninguém está autorizado a dar choque em ninguém, nem a Polícia Militar ou a Civil, a não ser numa grave perturbação da ordem quando esta tem que ser restabelecida elas usam determinados instrumentos.

Por que seguranças privados que não são seguranças têm que usar gás de pimenta ou aparelho de choque para dar choque em quem vai a uma festa para se divertir? Você vai a uma festa, comparece lá, gasta o seu dinheiro, você paga para estar naquela festa para se divertir. A pessoa sai para a festa e volta para casa espancada. Vai a uma festa e volta para casa quebrada. Foi isso que aconteceu em Formosa. Quando volta, porque geralmente volta num caixão. Foi assim que aconteceu em Formosa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	6

Portanto, o sentido desta comissão geral é um grito contra essa ilegalidade que alguns teimam em fazer no Distrito Federal. Nós queremos dizer aqui, reafirmar em alto e bom tom: governo – esse é o meu ponto de vista –, Legislativo, Executivo, trabalhadores e empresários estão de mãos dadas nesse ponto para combater a ilegalidade no Distrito Federal.

Por que contratam determinados elementos? Aí vendem para sociedade a ideia de que há segurança na casa. Naturalmente, hoje, com a sensação de insegurança que existe, se você sente que tem segurança, já é um *plus*, porque o cliente gosta de onde tem segurança. Só que o cliente não sabe que não é um segurança. Não sabe que tem lá um jagunço. Portanto, quem for dono de comércio, de bares, de boates, quem quer fazer *show* contrate segurança legalizado.

Nós temos um vasto número de trabalhadores legalizados. Existem empresas competentes, empresas sérias, sob a fiscalização das autoridades policiais, para fazer esse trabalho. Nós não vamos permitir, em hipótese alguma, que essa situação continue ocorrendo aqui no Distrito Federal porque envergonha todos nós.

Senhoras e senhores, é esse o sentido desta comissão geral. Por isso pegamos o espaço de uma sessão deliberativa, nós a transformamos em uma comissão geral para que possamos hoje debater esse assunto.

Eu peço às senhoras e senhores que assistamos, rapidamente, a um vídeo sobre segurança privada; depois, vamos abrir a palavra para a Mesa; logo após, ao plenário, para no fim tirarmos conclusões, e ao final dessa sessão declarar que está aberta a luta contra a clandestinidade no Distrito Federal.

(Apresentação de vídeo)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra, neste momento, ao Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Sr. Jervalino Rodrigues Bispo.

SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – Na pessoa do Deputado Chico Vigilante, quero cumprimentar todos os membros da Mesa. Quero cumprimentar também todos os senhores e senhoras que estão no plenário.

Eu quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que já estamos atrasados com esta discussão. Brasília hoje virou a capital da ilegalidade de segurança privada. Hoje há 22 mil vigilantes legalizados trabalhando, mas temos uma média de mais de 30 mil seguranças ilegais na área do comércio. Onde você passar você pode ver postos de gasolina, farmácia, padaria, supermercado. Supermercado é campeão em segurança clandestina. Eu estou falando de comércio, não estou falando, ainda, de motoqueiro, que vai da cidade mais pobre até a mais nobre. Virou uma vergonha esta Capital sobre a segurança privada, e nós sabemos que somos a categoria das mais sérias deste País, em que se contam os vigilantes legalizados. Temos um



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	7

orgulho muito grande de ouvir a própria Polícia Federal, que fiscaliza o País inteiro, dizer que a categoria de vigilante é a categoria que menos se envolve com coisa errada. Até na própria Polícia Federal o índice de pessoas que se envolvem com coisas erradas é maior do que na categoria de vigilantes.

E aí vou perguntar para todos aqui: por que o empresário, o comerciante, não contrata o vigilante? Dizem que não querem contratar empresas, mas para isso a lei está aí, a segurança orgânica. Pode ir até a Polícia Federal, tirar seu alvará de funcionamento, da sua segurança, contratar o seu próprio vigilante e colocar no local.

Vem aí, também, que as pessoas que praticam a ilegalidade na segurança do seu patrimônio praticam, também, a ilegalidade para a Receita, porque não querem pagar encargos, não querem pagar impostos, não querem pagar INSS, e, por isso, saem fazendo bicos.

Eu costumo dizer que acho uma baixaria a Polícia Militar fazer bico de segurança, principalmente em Brasília. Não tem nenhuma necessidade de fazer isso, até porque o salário da polícia de Brasília é um salário razoável. E outra: aqueles policiais que fazem bico estão comprometendo a sua vida ao fazer uma ilegalidade. Estamos acostumados a ver isso. Vários policiais já morreram em Brasília fazendo bico. E olha, gente, é uma sede por fazer coisa ilegal.

Temos discutido isso, e espero que dentro dessa discussão os próprios comandantes da Polícia Militar e da Polícia Civil tenham mais cuidado com isso do que os anteriores tiveram.

Nós nunca paramos de fazer denúncias. Paramos um tempo de fazê-las porque todas as que fazíamos não surtiam efeito. Está aqui todo mundo que viu os policiais militares carregando malas de dinheiro da Igreja Universal, fazendo serviço ilegal. Poucos dias antes, nós tínhamos feito essa denúncia no Comando da Polícia Militar, mas nada foi feito. E quando eu fiz a matéria no jornal dizendo que o Comando da Polícia Militar tinha conhecimento porque já tínhamos denunciado, eles abriram uma sindicância e me chamaram para depor. Acho que o maior interesse deles, naquele momento, era me processar e processar o sindicato. Fiz o meu depoimento com todas as cópias dos protocolos que tínhamos denunciado e, no final, pedi para anexar as cópias dos protocolos à minha denúncia, e eles falaram que não precisava. Naquele momento falei que, se não anexassem, eu não iria assinar o meu depoimento, porque eu estava fazendo uma juntada das provas que tenho sobre o que falei no jornal. Juntaram e, também, ninguém nunca mais falou nisso. Mas não pararam de fazer.

Uma vez, fizemos uma denúncia de um *shopping* no qual só trabalhava PM e bombeiro – e era escancarado lá! Eu fiz a denúncia. Fui chamado no Comando Geral da Polícia Militar, e o coronel disse para mim: “Está aqui esta folha de papel. Você



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	8

vai fazer um depoimento por escrito”. Eu falei que não iria fazer, porque o que eu tinha de fazer por escrito foi a denúncia, e já estava feita. Ele disse: “Mas ficou claro para você que não temos interesse de punir ninguém por causa disso, não é?” Eu falei “está bem, vou embora”. Para você ver como era tratado isso. Espero, dentro dessa discussão que estamos fazendo aqui, dentro dessas mudanças que ocorrerão dentro do Distrito Federal, que façamos um trabalho diferente disso e resolvamos essa situação.

Eu quero dizer para vocês que dentro das redes de supermercado, em 90%, existe um policial fazendo a segurança daquele supermercado. Eles ficam de bermuda, mas você pode olhar. A gente aprendeu a fiscalizar isso. Quando se olha ele está com a pochete de lado, e quando ele não está, você anda dentro do supermercado olhando para as sessões e finge que está colocando uma coisa no bolso, para você ver. A primeira coisa que ele faz é colocar a mão na arma, por dentro da bermuda. Aprendemos a descobrir quem é o policial que está dentro do comércio. Não é pouca gente, não.

Depois disso se trata dos motoqueiros. Eu vejo muitos moradores dizerem: “Não, mas o motoqueiro traz segurança para a gente. Meu filho chega tarde. Eu ligo para ele, eu tenho o celular dele, pra acompanhar o meu filho”. Será que ele sabe quem é o motoqueiro que está ali? Será que ele sabe se é uma pessoa de bem, se é um bandido, se é um espião de quadrilha? Isso não traz segurança. Traz uma total insegurança. Mas eu acredito, Deputado, que de agora para frente iremos discutir e vai melhorar essa situação.

Dar um basta não, porque nós não vamos conseguir dar um basta nisso, mas podemos melhorar muito. Cobramos muito isso da Polícia Federal, que é quem fiscaliza. Um dia eu ouvi a Polícia Federal dizer “você acha que eu vou tirar os homens que estão nas fronteiras, pegando drogas, prendendo ladrão, para fiscalizar vigilante que não está matando ninguém?” Esta é a atenção que tem sido dada para nós. Quando se diz que não tem um efetivo da Polícia Federal para fazer aquilo... Eu sei que o efetivo da Polícia Federal é pequeno, mas se houver interesse, se der preferência, o trabalho é feito. Tem-se fechado os olhos mesmo para essa área, e a sociedade é que paga caro por isso.

Eu não vou me alongar muito na falação. Se for falar de segurança privada e segurança clandestina, nós teremos assunto para discutir três dias. Mas eu vou parar aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu agradeço a participação do Sr. Jervalino Rodrigues Bispo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal.

Eu registro a presença do senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Dr. Michel. Muito obrigado por estar aqui. V.Exa. é



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	9

sempre muito bem-vindo nas nossas atividades. Tenha a certeza de que os vigilantes do Distrito Federal são seus amigos.

Eu queria comunicar aos companheiros e companheiras que estão aqui no plenário que, durante as falas dos componentes da Mesa, o cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer o uso da palavra pelo tempo regimental de 3 minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Irenaldo Pereira Lima, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Distrito Federal.

SR. IRENALDO PEREIRA LIMA – Muito boa tarde a todos. Deputado Chico Vigilante, eu agradeço a honra de compor a Mesa. Por meio de sua pessoa cumprimento todos aqui da Mesa.

Isso que o Presidente do Sindicato dos Vigilantes vem afirmar aqui sobre a questão do comércio todo em geral, padarias, lanchonetes, que são feitos por segurança clandestina, supermercado, não me esquecendo de citar as escolas particulares do Distrito Federal, que além de terem segurança clandestina, ainda têm apoio da polícia do batalhão escolar, que existe em algumas escolas. Nós temos, também, agora, faculdades. Inclusive, naquelas faculdades todas ali do Pistão Sul, vocês podem prestar atenção que há sempre uma pessoa com uma camisa que traz escrito nas costas *staff* ou apoio, que fazem tudo, que é o sistema de segurança.

Nós tivemos também uma reunião com o Dr. Cleiton, o novo Coordenador-Geral de Segurança do Departamento da Polícia Federal, que nos prometeu uma maior fiscalização através da Delesp. Estivemos também com o Dr. Sandro e lhe solicitamos que desse apoio ao Dr. José Tadeu, que compõe aqui a Mesa e é o Chefe do Nucae, para uma fiscalização também, que nós sabemos que também pode ser feita. Repassamos as denúncias não só para o Departamento de Polícia Federal, como também para a Secretaria de Segurança Pública. As denúncias são feitas ao Dr. José Tadeu, e ele as encaminha ao Departamento da Polícia Federal para averiguação.

Eu queria aqui fazer um cálculo. Se eu errei aqui quando estava vendo o vídeo, acho que errei por pouco. Eu tenho 49 anos, Deputado, e sou oriundo do P Sul, que foi ou ainda é a sua cidade. Eu sempre vejo a minha mãe, que mora na QNP 12. Ela sempre tira, todo mês, 10 reais e os entrega na mão de um motoqueiro. Deu-me esse estalo de ver até onde esse pessoal vai com essa situação que o Presidente Jervalino estava falando. Eu fiz um cálculo muito rápido: ela mora na QNP 12, no conjunto J. Esse conjunto J é composto de 45 casas. Se todo mundo pagar os 10 reais, vai dar 450 reais. Só que o P Sul não é só a quadra 12, e a 12 também não se compõe só do conjunto J, ela vai de A a Z. Se você pegar 450 reais e multiplicar por 23, que são os conjuntos, vai dar um total de 10.350 reais. Se você pegar esses 10.350 reais e multiplicar pela quantidade de quadras – nós estamos falando aqui,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	10

Deputado, das quadras que foram abertas no P Sul, da 10 a 36, não daquelas outras que se transformaram em invasão e hoje já são legalmente habitadas – vai dar um total de 144.900 reais que esses motoqueiros recebem. Aí eu deixo uma pergunta aqui, a qual eu também não consigo achar resposta: esse valor de 144.900 reais que as pessoas pagam – porque nós sabemos que o conjunto não é só composto de 45 casas, porque existem conjuntos ali que tem mais de sessenta casas – para onde vai esse dinheiro? Para onde vai o recolhimento desses impostos desse valor que é pago? Eu sempre falo para a minha mãe, como você falou que existe um motoqueiro que liga lá e vai fazer o atendimento: “A senhora está pagando para quê?”. Aí ela fala: “Eu estou pagando para ter segurança”. Eu falo: “Não, ele está fingindo que está fazendo a sua segurança, e a senhora está pagando para ter segurança e não tem. Então, não faça isso, porque é uma coisa muito séria.”

Eu venho, junto com a minha diretoria do sindicato das empresas, fazendo a denúncia. O Dr. Cleiton pediu uma relação não só das empresas que abrem e recebem o seu alvará de funcionamento, mas não cumprem o que está na portaria. Isso está tudo pronto. Nós vamos fazer chegar na mão dele a partir de segunda-feira.

O Sindicato das Empresas de Segurança está à disposição de todos para informar às empresas que estão legalizadas dentro do Distrito Federal, às empresas que costumam trabalhar seriamente e aos empresários sérios do Distrito Federal. São através dessas milícias que existem... Hoje de manhã, eu estava ouvindo rádio e soube que a Polícia Federal fez hoje uma atuação contra as milícias do Estado do Rio de Janeiro, e foram presas várias pessoas. Se nós não tomarmos cuidado, se não tivermos um representante – que hoje aqui temos, que é o Deputado Chico Vigilante – para podermos dar um basta nisso, daqui a pouco, não conseguiremos mais trabalhar. As milícias vão chegando, vão tomando conta, e nós ficaremos aqui sem podermos fazer nada. Eu me coloco à disposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Sr. Irenaldo Pereira Lima, Presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao nosso companheiro Rodrigo Britto, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília.

SR. RODRIGO BRITTO – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento os companheiros da mesa e parabênzo o Deputado Chico Vigilante, nosso companheiro, pela iniciativa dessa comissão geral, que é de suma importância para toda a sociedade brasileira. Serei breve nas minhas considerações, pois vários companheiros ainda vão falar e têm muito a contribuir nesse debate.

Eu gostaria de começar confirmando o que o Chico falou: realmente será muito importante a realização de um seminário, pois há muito a ser debatido e há



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	11

iniciativas a serem construídas sobre esse tema para que possamos resolver esse problema no Distrito Federal. Vindo para cá, à medida que os demais colegas iam falando, e depois de assistir ao vídeo, surgiram-me preocupações. Como foi dito, as pessoas acabam se iludindo, enganando-se. No que se refere a esse tipo de segurança, as pessoas acham que estão resguardadas e tranquilas, mas, na verdade, não estão. E, muitas vezes, esta pergunta é feita: não é mais importante e mais correto para todos nós termos profissionais qualificados que realmente saibam desenvolver as tarefas do que termos pessoas que nos passam uma falsa ilusão de segurança? Não é mais importante você contratar empresas que você sabe que são responsáveis e que, amanhã, você poderá vir a cobrá-las por qualquer atitude que elas venham a tomar de forma equivocada do que você nem saber quem está contratando? Então, são questões que temos de discutir para avançarmos nesse debate. Com certeza, para toda a classe trabalhadora, isso é muito importante.

Esperamos que a ideia do seminário, esse debate continue, porque é de suma importância para toda a sociedade, para todo o Distrito Federal. Nós, do Sindicato dos Bancários de Brasília e da Central Única dos Trabalhadores, estamos à disposição para contribuir e ajudar no que for necessário para avançarmos nessa pauta. Obrigado, Deputado Chico Vigilante, pela iniciativa. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso companheiro Rodrigo, Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

Registro, com satisfação, as presenças do Exmo. Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, e do Exmo. Sr. Líder de Governo na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure. Os dois estão ali no cantinho.

Concedo a palavra, neste momento, ao nosso companheiro João Soares, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes.

SR. JOÃO SOARES – Boa tarde a todos e a todas. Deputado Chico Vigilante, em seu nome, cumprimento todos os componentes da mesa.

O nosso Presidente, o companheiro José Boaventura, era para estar aqui, mas ele está em uma missão muito importante em Pernambuco. Ele me pediu para transmitir aqui um abraço a você, Deputado Chico Vigilante, e parabenizá-lo pela iniciativa desse evento hoje aqui em Brasília.

Esse problema que estamos enfrentando relativo à segurança clandestina não ocorre apenas em Brasília, mas em todas as grandes cidades do nosso país. Pessoas são coagidas a contratarem esse tipo de serviço. Eles chegam às residências param o carro e ameaçam as pessoas, e, se elas não os contratam, um vidro do carro é quebrado uma casa é arrombada. E o que é muito estranho é que, às vezes, os vizinhos do lado direito e do lado esquerdo os contratam, mas o do meio não, e



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	12

aparece justamente um sinistro na casa daquele que não os contrata. Então, é uma situação bastante delicada.

A Câmara Distrital aqui de Brasília teve a iniciativa de ser pioneira nessa discussão com a criação dessa comissão, porque há necessidade de uma intervenção do Estado. Pessoas são agredidas nas casas noturnas. Pais e mães de famílias têm filhos adolescentes que saem para se divertir e, muitas vezes, voltam para casa machucados; outras vezes, são mortos por esses verdadeiros leões de chácara, seguranças clandestinos contratados por essas casas noturnas.

Sou de Curitiba, Estado do Paraná, e, há duas semanas, houve um episódio lamentável em que quatro pessoas foram assassinadas na frente de uma casa noturna. Há indícios de que houve a participação de seguranças clandestinos. As pessoas ficavam vendendo drogas na frente da casa noturna, e aconteceu esse episódio. Houve um caso no ano passado em que frequentadores de uma dessas casas noturnas acabou discutindo com o segurança. O frequentador apanhou desse segurança, foi para sua residência, arrumou uma arma, voltou à casa noturna e acabou matando pessoas que não tinham nada a ver com a discussão.

Esses chamados seguranças clandestinos — como se não bastasse a forma de coação que fazem às pessoas — agora arrumaram umas motos com sistema de alarme, passam nas residências das pessoas que não têm contrato com eles e ligam aquelas sirenes a noite inteira para perturbá-las. É uma situação muito complicada e o Estado tem de tomar providências, porque não podemos permitir que haja a usurpação do serviço público com essas pessoas trabalhando na rua, com carro com giroflex, motos com alarme, vendendo um tipo de segurança que não é real. Isso não podemos permitir.

Aquele que contrata, devido à deficiência do Estado em conceder segurança pública de qualidade, pensa que contratando essas pessoas está protegido. Na verdade, eles não estão protegidos. Eles estão contratando, muitas vezes, bandidos, delinquentes para cuidar das famílias, das residências, dos escritórios.

Por outro lado, ainda existem os policiais militares que aproveitam essa situação para vender esse tipo de serviço. Vendem e, muitas vezes, usam a estrutura do Estado — não é permitido a eles fazer isso — para oferecer esse tipo de serviço.

Em Curitiba, há um programa da Polícia Militar chamado Projeto Povo. É comum você ver as viaturas da Polícia Militar dentro dos pátios dos supermercados fazendo a segurança dos supermercados. Lá dentro, há policiais à paisana fazendo bico, e os que estão lá fora, de serviço, no pátio do supermercado dão cobertura aos policiais que estão fazendo bico. É uma vergonha!

Não queremos nos estender muito nessa discussão aqui, porque o tempo é curto. Como o companheiro Jervalino disse, poderíamos ficar três dias discutindo



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	13

segurança privada, mas alguém tem de fazer alguma coisa. Eu fico muito feliz de ver acontecer isso em Brasília. Essa comissão pode servir de modelo para as demais assembleias legislativas de nosso País. Devemos fazer comissões, criar comissões para evitar esse tipo de trabalho clandestino que está prejudicando e coagindo a sociedade, as pessoas a contratarem segurança irregular.

Cidades grandes estão loteadas. A palavra correta é essa. Elas estão loteadas em quatro partes. O engraçado é que um não invade a área do outro. Eles são muito organizados, pegam uma cidade como Brasília e a dividem em quatro: área sul, área norte... O cara da área norte não vai à área sul, o cara da área sul não vai à área norte. Eles são muito organizados para vender esse tipo de trabalho clandestino.

Quero parabenizar a iniciativa do Deputado e dizer que vou discutir também no meu Estado, com os deputados que conhecemos lá, a criação de uma comissão igual a essa, Deputado Chico Vigilante, para que possamos discutir a clandestinidade no nosso Estado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, nosso companheiro João, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes.

Quero registrar aqui a presença do nosso companheiro Deputado Olair Francisco e dizer que vamos ouvir mais duas autoridades da segurança pública e em seguida ouviremos as autoridades do Legislativo: Deputado Agaciel Maia, Deputado Wasny de Roure e Deputado Olair Francisco. Depois abriremos aos companheiros inscritos que estão no plenário.

Concedo a palavra, neste momento, ao Chefe do Núcleo de Controle de Atividades Especiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, José Tadeu Braga Lopes, representando o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

SR. JOSÉ TADEU BRAGA LOPES – Cumprimento aqui o Deputado Chico Vigilante, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa. Cumprimento os demais Parlamentares que se encontram no plenário, os senhores e as senhoras.

Eu quero inicialmente agradecer a oportunidade dessa discussão porque é a partir daí que temos mais apoio no nosso trabalho, é a partir daí que podemos criar a articulação para desenvolver mecanismos para que a Secretaria de Segurança Pública possa atuar com a lei federal, possa atuar junto com a Polícia Federal.

A Secretaria já tomou a iniciativa de estabelecer convênio com a Polícia Federal, mas não conseguiu nada. Todas as iniciativas foram em vão. Senhores, a única abertura que a Lei nº 7.102, que regula a segurança privada, criou para a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	14

Secretaria de Segurança foi com relação à comunicação. A empresa de segurança, apesar de receber autorização de funcionamento da Polícia Federal, é obrigada a fazer a comunicação para as secretarias de segurança dos respectivos Estados. Essa é a única participação que a lei deu para a nossa Secretaria de Segurança.

A Secretaria está equipada hoje com a Subsecretaria de Operações, em que há o Núcleo de Controle de Atividades Especiais, do qual me encontro à frente. Nós temos um trabalho de fiscalização. Naturalmente temos uma equipe pequena. Nós não temos uma legislação que nos garanta atuação de empresa. Então, a nossa fiscalização se fundamenta muito mais no poder de polícia do que na legislação para aplicação de punição.

Aqui se discutiu muito a questão do motoqueiro e a do segurança clandestino. Como foi bem explanado pelo Deputado e pelo presidente do sindicato, o segurança trabalha através da empresa. O segurança particular não existe. Não existe esse segurança autônomo. O segurança particular para nós incide no crime, na contravenção penal. A nossa orientação para quem trabalha conosco é que conduza essas pessoas à delegacia. Apresente-as ao delegado de plantão para que ele tome as providências.

Essa questão do motoqueiro... Indiscutivelmente, o motoqueiro está numa incidência criminal. Quem tiver notícia do motoqueiro acione a polícia, para levar a situação à delegacia. Não há esse serviço de segurança, essa falsa segurança. Ninguém pode apoiar esse trabalho. Nós agimos muito com poder de polícia e conseguimos alguns resultados. Há dirigente de empresa que se indis põe conosco. Já conduzimos pessoas para a delegacia por trabalhar irregularmente.

Hoje a nossa pretensão é conseguir estabelecer convênios junto ao Ministério da Justiça. Se com a Polícia Federal a gente não conseguiu nada, nós estamos trabalhando para estabelecer convênio com o Ministério da Justiça. E essa oportunidade é muito importante, porque daqui podem surgir as articulações para que o Ministério da Justiça concorde com esses convênios, concorde com a atuação da Secretaria de Segurança. Não tenha dúvida de que é um absurdo a Secretaria de Segurança – se ela pode organizar a própria polícia – não poder ter uma atuação na atividade de vigilância.

Hoje, estamos trabalhando para isso. E a gente pede aqui o apoio do Parlamentar para que a gente consiga realizar esses convênios. Nós não temos outra legislação que trate da segurança privada senão essa legislação federal, essa legislação da Polícia Federal. Portanto, precisamos ter um convênio que estenda a nós a competência para atuar juntamente com a Polícia Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. José Tadeu, que é Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, Chefe do Núcleo de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	15

Controle de Atividades Especiais e representa neste ato o nosso querido Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Passo a palavra neste momento ao Sr. Chefe da Assessoria Institucional da Polícia Civil do Distrito Federal, Delegado Jurandir Teixeira Pinto, representante da Dra. Mailine Alvarenga, Diretora-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

SR. JURANDIR TEIXEIRA PINTO – Quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante pela iniciativa deste debate sobre uma chaga que vem afetando a sociedade brasileira e agradecê-lo também pelo convite para que a Polícia Civil venha participar deste debate.

Estava ouvindo a fala do Dr. Tadeu, e ele tomou a minha. A Polícia Civil, como Polícia Judiciária, é responsável pela apuração de crimes. Nessa atuação dessas pessoas que vêm exercendo irregularmente a atividade de vigilância, ela está praticando essa infração penal, que é uma contravenção penal prevista no art. 47 da Lei de Contravenções Penais. E, a meu ver, no meu entendimento, ela também está cometendo uma transgressão administrativa que pode ser também aferida pela Agefis. Assim sempre eu agi quando estava à frente de uma unidade policial circunscricional. Em todas as vezes que acontecia alguma irregularidade em um evento, ou até mesmo um crime, e eu detectava o exercício irregular da profissão de vigilante, eu indiciava essa pessoa também por essa atividade e comunicava à Agefis para atuar nesse segmento porque um dos requisitos para funcionar é ela estar completamente regularizada.

Eu acredito, também, que a Agefis poderia participar dessa situação. Mas isso não tem consenso geral dentro da Polícia Civil; isso é dentro das minhas atuações. Mas, no Judiciário, sempre que eu autuava uma pessoa, ela havia praticado o crime lá, transgrediu, como o Deputado colocou aqui, a agressão. A gente detecta que a pessoa, aquele brutamontes vinha exercendo a função de vigilante, além da incidência criminal que praticou de lesão corporal, tentativa de homicídio e até mesmo homicídio, acompanhando o rol das denúncias, art. 47 das Contravenções Penais.

Nosso papel aqui é orientar. Todas as vezes que a sociedade, qualquer um do povo tenha conhecimento disso, denuncie às circunscricionais, ao nosso disque-denúncia 197, que, com certeza, a Polícia Civil adotará as medidas cabíveis a seu caso. E nos colocamos à disposição aqui para o debate e orientações que os senhores acharem conveniente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, nosso amigo Delegado Jurandir Teixeira. Tanto as suas palavras como as do Dr. Tadeu são animadoras e vão exatamente no sentido de fazermos essa parceria cada vez mais forte, para juntos limparmos o Distrito Federal desta coisa que não presta - a segurança clandestina e criminoso no Distrito Federal.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	16

Tenho a satisfação, neste momento, de passar a palavra ao nosso amigo e Deputado Agaciel Maia. V.Exa. já chefiou por muito tempo o Senado Federal e nós sempre tivemos um contato permanente e direto com relação à segurança legal. Hoje nós estamos falando da segurança ilegal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Boa tarde pessoal, Deputado Chico Vigilante. A minha eleição para Deputado Distrital já teve uma grande recompensa, porque me permitiu reencontrar alguns amigos de muitos anos. Eu estou aqui em Brasília há 36 anos. Hoje mesmo na audiência aqui pela manhã falamos sobre o problema das Quadras 2 e 3 – aqueles hotéis baixinhos tanto do lado de cá como do lado de lá, no início das duas W3. O Rôney Nemer é o Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e era estagiário de arquitetura – fez arquitetura na UnB – no Prodasen, na época da Assembleia Nacional Constituinte, em 87 e 88. Eu era o Diretor responsável pelos impressos da Constituinte. Então, conheci S.Exa. estagiário e depois nos encontramos aqui, ambos Deputados Distritais.

Tenho a satisfação de dizer que eu passei 9 anos como Diretor da gráfica do Senado, depois 14 como Diretor do Senado, e no início, ainda muito jovem, eu tinha dificuldade de lidar com algumas questões. E nunca tinha me passado pela cabeça que um dia seríamos Deputados Distritais juntos, Deputado Chico Vigilante. Na época nós tivemos algumas dificuldades com empresas de vigilantes porque que eram empresas que botavam preço muito baixo, recebiam em alguns meses o pagamento adiantado e depois iam embora, deixando os vigilantes sem salário. E V.Exa., junto com a Dra. Josefina, que era advogada-geral do Senado, teve a oportunidade, várias vezes, de me ajudar, inclusive tomando decisões que eram pouco ortodoxas. Durante aquele tempo todo eu aprendi a conviver e a admirar toda a classe de vigilantes, não só pelo convívio que eu tinha diariamente com as empresas de vigilância do Senado, como também pelos momentos em que alguma coisa pegava, e V.Exa. estava lá para me socorrer.

Então, para mim é uma satisfação estar aqui hoje. E V.Exa. traz esta Mesa tão seleta, com o nosso Chefe do Núcleo de Controle de Atividades Especiais da Secretaria de Segurança Pública, José Tadeu Braga Lopes, representando o Sandro Avelar. O pai do Sandro Avelar foi meu colega de Senado, hoje é aposentado, e eu tive a oportunidade de conhecer o Sandro ainda bem jovem porque eu frequento o Senado desde 75; o Delegado Jurandir Teixeira Pinto, representando a Diretora Mailine Alvarenga, Diretora-Geral da Polícia Civil; o Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Dr. Rodrigo Britto; o Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Distrito Federal, Dr. Irenaldo Pereira Lima; o Sr. Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes, João Soares; o Sr. Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Jervalino Rodrigues Bispo.

Tenho pouco a falar. Quero apenas dizer, numa audiência desta natureza, que, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	17

Legislativa e integrante do Bloco – meu Bloco tem 6 Deputados, 25% da composição desta Casa –, nós temos todo o interesse de ajudar a fazer a regularização e extirpar esse problema que temos na segurança privada de Brasília. Problema esse que não é só de Brasília. É um problema praticamente nacional. E eu acho que a iniciativa de discutirmos esse tema em audiência pública, contando com a experiência das pessoas, seja da Polícia Civil, seja dos sindicatos e com a participação do Legislativo, eu acho de fundamental importância. Eu acho que a discussão da realização das audiências públicas, que aparentemente não transmitem para a população ou até mesmo para a própria Casa o significado que têm: trazer pessoas experientes de cada área para debaterem em cima de determinados assuntos e, dessa forma, nascerem ideias que possam ajudar a resolver os problemas de Brasília... Mas apesar disso, nós temos tido experiências satisfatórias nesta Casa com a realização das audiências públicas. E eu quero elogiar uma dessas iniciativas, a do nosso Deputado Wasny de Roure, que é meu colega na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. S.Exa. trouxe para a discussão em audiência pública o problema da legalização dos templos e das igrejas, uma coisa que estava pendente há muitos anos. E se construiu uma solução a partir da Câmara Legislativa.

Então, eu acho que o Deputado Chico Vigilante foi feliz em trazer este debate para esta Casa, porque é a partir disso que teremos conhecimento dos problemas. E vocês, que conhecem mais do que o Deputado Agaciel Maia ou de qualquer outro Deputado aqui presente, podem dar a solução para esses problemas. Então, as minhas palavras são de apoio ao Deputado Chico Vigilante pela iniciativa.

Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de dizer que as proposições encaminhadas por V.Exa. ou pelo Executivo a esta Casa terão o meu total apoio. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Agaciel Maia, agradeço as palavras de V.Exa.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa-tarde a todos. Eu gostaria de saudar a Mesa, eu gostaria de saudar o Presidente desta sessão, Deputado Chico Vigilante. Eu particularmente sou um cidadão que acompanha muito de perto a questão da segurança, da segurança pública, da segurança contratada, sempre de olho muito bem aberto e com muita preocupação. Porque quando você passa a contratar a segurança particular é porque o Estado não vai bem. Então, o que temos hoje? No comércio, se tem uma profissão que não é legalizada. Lá está o cidadão que trabalha no seu negócio e, infelizmente, você anda tão angustiado, com tanto medo, tão inseguro, que acaba contratando policiais pensando que eles estão lhe prestando segurança. Então, hoje há essa profissão. Há a profissão de segurança cujo serviço é prestado por empresas legalizadas, aprovadas pela Polícia Federal, que realizam esse



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	18

trabalho particular. E nesse trabalho entra o vigilante legalizado que trabalha para essas empresas. Isso virou um trabalho tão cobiçado que hoje... Em uma sessão, em um dia desses, eu até denunciei: infelizmente pessoas que trabalham para essas empresas hoje até vendem a vaga de vigilante, porque parece que o serviço é muito bom. Hoje há também essa profissão. E há aqueles, eu li na justificativa, que realizam esse trabalho de vigilante de forma totalmente despreparada. E nós nos reunimos aqui para discutirmos um tema como esse, dentro do Parlamento do Distrito Federal.

Eu entendo que uma empresa constituída, legalizada, tem de passar por todos os órgãos da fiscalização, e a Polícia Federal não brinca, porque ela é exemplo para todos nós. Então, quando ela é exemplo, tenho certeza e convicção que essas empresas que são fiscalizadas pela Polícia Federal são rigorosamente fiscalizadas, e disso eu não tenho dúvida.

Então, nós que somos representantes, nós que somos o governo, nós que somos observadores do povo, já que não temos condições de dar a segurança do próprio Estado e permitimos a construção de empresas para prestar serviço de segurança, temos que nos organizar para combater o trabalho ilegal. A ilegalidade nesse tipo de prestação de serviço, nós não podemos permitir. Porque é muito sério, Deputado, é muito sério alguém trabalhar, prestar serviço, ou estar em um evento como segurança, e não estar preparado para aquele momento.

Ontem, tive o prazer de chegar a minha casa um pouco mais cedo, porque teve o jogo do Flamengo. Assistindo à novela, uma personagem foi para um baile *funk*, e o jovem dança daquele jeito mesmo nesses bailes; aí chegou um cidadão, que era o pai da menina na novela, e se dirigiu a ela com palavras de baixo calão, ficou exaltado com a filha, e aí chegaram quatro seguranças, pegaram ele, deram um “cacete” e retiraram ele do evento. O que se quer dizer com isso? Quer dizer que aqueles cidadãos que estavam prestando serviço não estavam preparados para aquele momento. Se ele mereceu, eu não sei. Mas quem está lá prestando serviço de segurança tem de estar preparado para qualquer situação. Não é porque chega um rapaz nervoso, você puxa um revólver e dá um tiro na pessoa! Portanto, esse foi um exemplo muito importante.

Então, o que podemos fazer a partir desta sessão? Temos que nos unir à legalidade para combater a ilegalidade. Essas empresas que querem trabalhar com esse sistema, essas empresas que querem oferecer esse serviço em um condomínio de casas, na portaria de um prédio, nas repartições públicas... Temos de nos unir nessa questão para combater a ilegalidade, porque, senão, Deputado... Quando a gente incentiva... Eu nunca contratei, no meu negócio, uma segurança particular. Eu nunca contratei um policial para dar segurança no meu estabelecimento. Por quê? Porque eu entendo que esse tipo de contratação começa a patrocinar o que acontece em outros lugares. O que a imprensa mostra no Estado do Rio de Janeiro, por



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	19

exemplo, essa questão das milícias, essas questões de opressão à comunidade para dizer que estão dando segurança, isso é muito grave. E se a gente não se unir, se a gente não nos corrigir, se a gente não se policiar, se a gente não combater, amanhã isso vai acontecer aqui na Capital da República. Porque já temos muitas questões particulares, da informalidade, que é também uma milícia acobertada. Porque quando a gente não acredita na segurança do Estado, quando a gente tem um sistema que permite às empresas legalizadas a fazer aquele trabalho, e a gente contrata as pessoas que não estão preparadas para fazer esse trabalho, a gente está apoiando os milicianos.

Então, esta matéria que V.Exa. trouxe para cá é de suma importância, porque não adianta querer tapar o sol com a peneira. Há hoje a segurança do Estado, há hoje as empresas que são legalizadas e há hoje profissionais que não são legalizados – e eu estava vendo na justificativa de V.Exa. que são muitos. Então, temos que trabalhar no combate a essas empresas, pedir a fiscalização, pedir ao Governo do Distrito Federal que fique de olho aberto para que possamos ajudar a controlar, a combater. Isso também é uma questão de insegurança, de combater a insegurança em Brasília.

Não sei se estas minhas palavras, se o que eu penso, se o que eu queria passar para vocês, nesta tarde, é também o raciocínio de vocês. Eu não sei se consegui trazer o que penso para esta comissão geral, que acho de suma importância, mas o que quero dizer é que temos de nos unir para combater com eficiência a ilegalidade e, principalmente, essa questão nesse trabalho das empresas legalizadas. Porque esse tipo de trabalho é muito sério, envolve as pessoas, envolve a segurança, envolve o armamento.

Na sessão de ontem ou de anteontem, houve questões de um segmento que quer trabalhar armado – deixe-me lembrar bem. São os agentes penitenciários. E havia aqui os agentes e, no mesmo segmento, também outra categoria. E o Presidente me lembrou bem e disse: “Olha, o agente pode e poderá sair armado, mas o auxiliar não.” Por quê? Porque o entendimento daquela matéria é de que o agente precisa da segurança.

A mesma coisa é essa aqui. As empresas legalizadas são muito fiscalizadas e têm um trabalho muito sério. E eu dei o exemplo da novela, que muitos podem levar na brincadeira, mas é um exemplo real, verdadeiro. As pessoas lá não estavam preparadas. Então, temos que fiscalizar as empresas legalizadas, bater pesado e combater a ilegalidade. Porque os ilegais não têm como prestar esse serviço.

Às vezes, você vai fazer um evento na sua casa e contrata uma empresa de segurança. Você contrata cem pessoas – isso já aconteceu comigo – e chegam lá com setenta pessoas. Quando você faz o arrocho, dos cem só há setenta. É inadmissível. Temos é que denunciar esse tipo de empresa à Polícia Federal. Você



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	20

fala: “Olha, eu fiz um evento aqui, contratei cem pessoas e o cidadão só chegou aqui com setenta.” Porque, ele sendo fiscalizado vai..., por quê? Quando você contrata aquela quantidade de gente, é porque você precisa da segurança.

V.Exa. trouxe um tema muito importante e temos que combater isso. E nessas quintas-feiras nossas temos que tratar de temas relevantes, e esse é um deles. Porque, ajudando, combatendo, nós estamos combatendo os milicianos, e isso Brasília não quer.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Olair Francisco pelas suas palavras. Nós compreendemos perfeitamente a preocupação de V.Exa.

Aquela imagem de que tive notícia na novela da Globo, ontem, é exatamente o que não queremos, que é a confusão que fazem entre vigilância clandestina de jagunços e segurança privada. Portanto, aquele elemento que, junto com os outros, deu pancada no rapaz é jagunço, não é segurança.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo nesta Casa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Chico Vigilante, quero saudar V.Exa. pela iniciativa, como também quero registrar que a sua história se confunde com a história da organização dos vigilantes nesta cidade, começando com a associação, transformando em um sindicato, federação e tendo intervenção política, sobretudo na luta das conquistas e direitos desta categoria. V.Exa. está de parabéns pela iniciativa e pela sua história. V.Exa. sabe, a despeito da nossa relação partidária de muitos anos, do respeito que tenho pela sua pessoa, pela sua figura política, e do aprendizado que temos tido com V.Exa. em toda sua história e caminhada.

Quero cumprimentar os dirigentes dos sindicatos aqui presentes, o Jervalino; o Rodrigo também, que representa o Sindicato dos Bancários, quero estender os meus cumprimentos a ele a sua categoria; o Dr. José Tadeu Braga Lopes, aqui representando o Secretário de Segurança Pública. Quero também registrar aqui os meus cumprimentos ao Delegado Jurandir, que aqui representa a Dra. Mailine Alvarenga; como também o Presidente do Sindicato Patronal, Dr. Irenaldo Pereira Lima; e o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes, João Soares.

Caros amigos presentes nesta comissão geral, em primeiro lugar, quero dizer que é extremamente relevante esta Casa ter a oportunidade de recepcionar um debate dessa relevância. Primeiro, pela magnitude da categoria; segundo, pelo papel que essa categoria exerce dentro da segurança do Distrito Federal e que se confunde com a própria Segurança Pública, um é servidor público concursado e o outro é contratado por uma empresa, mas que presta, na essência, o mesmo serviço.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	21

Deputado Chico Vigilante, o trabalho de V.Exa., hoje, como Parlamentar e articulador, monitor, é o de alguém que monitora esse processo de poder permear as funções de um e de outro, complementando, sendo um extensão do outro. Aquele que é bandido, que comete o crime com uma instituição financeira, é o mesmo que comete com uma casa, e é tanto aquele que faz a segurança, como é também aquele policial que tem muitas vezes de recolher o criminoso. Eu creio que nós precisamos, Deputado Chico Vigilante, com a experiência de V.Exa., ver em que um pode complementar a atividade do outro. Seja atividade privada, como atividade pública, porque ambos trabalham para o bem estar da população.

Em segundo lugar, quero aqui registrar a minha compreensão e reconhecimento, Jervalino, do papel e da importância do sindicato dos trabalhadores, como também do sindicato patronal. Do reconhecimento e do cumprimento dos direitos, e lamentavelmente, às vezes, algumas quebram às vésperas de pagamento, às vésperas de mudanças de contrato.

Felizmente nós, no Distrito Federal, evoluímos no que tange ao recolhimento tributário, que é o do serviço que é recolhido no momento do pagamento contratual, mas nem sempre a segurança que o Estado tem o trabalhador tem. E essa é uma luta que sei que os que têm defendido essa categoria têm tido ao longo dos anos para evitar que os comportamentos ou a incapacidade empresarial possam vir a prejudicar o trabalhador. Eu creio que essa é outra área que precisa ser mais bem aprimorada para que possamos reduzir essa faixa de risco em que o trabalhador incorre, sobretudo com aqueles que muitas vezes não se colocam na função do trabalhador que depende do seu suor para sobreviver e levar as condições de sobrevivência para sua família.

Quero entrar em duas áreas em que estou trabalhando, senhoras e senhores, que permeiam o debate da terceirização. A primeira delas é um projeto que nós apresentamos que foi vetado. Ainda não sei exatamente as razões por que o Governador vetou, mas isso representa uma bandeira de luta e não é porque o veto foi colocado que vamos desistir da luta. Nós apresentamos um projeto de lei garantindo a exigência nos editais de licitação do direito ao plano de saúde. O plano de saúde coletivo empreendido pela empresas é muito mais barato que o plano de saúde individual. Essa sugestão, Deputado Chico Vigilante, foi apresentada a mim por um empresário: a obrigatoriedade de os editais de licitação para terceirização assegurarem o direito do trabalhador ao seu plano de saúde. Além de reduzir a demanda na rede pública, é também garantia de agilidade no atendimento, sobretudo, a um vigilante que exerce o papel de policial e que está exposto ao risco.

Outro projeto que está em debate – o Deputado Chico Vigilante tem um projeto com alguma semelhança – trata daquilo que está ocorrendo, principalmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, com os caixas eletrônicos. Falo para você, Rodrigo, como representante da categoria dos bancários. Existe um risco



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	22

extremamente alto, e parece-me que São Paulo já registra aproximadamente mil ocorrências, nos caixas eletrônicos, de assaltos, arrombamentos, enfim, n modalidades que a criatividade da marginalidade tem desenvolvido nesse setor. Isso que foi implantado recentemente, se não me falha a memória, na cidade de Belo Horizonte, é a obrigatoriedade de, além do olho eletrônico, haver também a vigilância garantida por parte das instituições financeiras. Como simples cidadãos, muitas vezes chegamos ao caixa eletrônico, às vezes no horário noturno, e não há ninguém dentro do caixa. Saímos com cem ou duzentos reais, porque também não podemos retirar muito, e ficamos absolutamente vulneráveis diante dos criminosos. Além disso, as próprias instalações têm sido submetidas a alto risco.

Esses são debates que se colocam. A Febraban tem se manifestado contra esse projeto. Em Belo Horizonte, ele foi acolhido, o Governo o recepcionou. Não sei como está a fase de implantação desse projeto, mas, se há uma atividade que neste país tem dado lucro, e não é pequeno, é a atividade do sistema financeiro. Portanto, creio que precisamos avançar, não apenas para gerar mais empregos, mas para dar segurança aos usuários dos caixas eletrônicos.

Concluo minhas palavras dizendo que este debate é importante não apenas para a categoria dos vigilantes, para a categoria dos terceirizados, mas é extremamente importante para a nossa sociedade e para a nossa cidade. Conte conosco para, no pouco que aqui podemos fazer, acompanhar e apoiar.

Registro a todos aqueles que afiançaram sua confiança no voto ao companheiro Deputado Chico Vigilante que continuem tendo orgulho e confiança nesse companheiro, por aquilo que S.Exa. representa não só para a categoria dos vigilantes, mas para a cidade, pela transparência, pelo homem combativo e pela integridade moral e ética que esse companheiro tem ao longo de seus anos. É um homem que traz muito orgulho para nós militantes do Partido dos Trabalhadores e para toda a cidade. Podemos ter discordância de S.Exa., isso é próprio da política, mas, quanto à idoneidade, é inatacável.

Meus cumprimentos a toda Mesa e a todos aqueles que vieram a esse plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agradeço ao nosso companheiro, Líder do Governo nesta Casa, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Diretor do Sindicato dos Vigilantes, Sr. Elton Gonçalves.

SR. ELTON GONÇALVES – Cumprimento a Mesa, o nosso Deputado Chico Vigilante, e o Índio, representante das empresas.

Deputado Chico Vigilante, existem muitas empresas que precarizam o serviço de vigilância vendendo agente patrimonial, agente de área, agente de piso. A gente



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	23

briga com o clandestino, e as empresas estão legalizando essa subcategoria do vigilante; a lei permite ao vigilante fazer esse serviço, e as empresas vendem esse serviço também.

Outra coisa, Chico: muitas vezes esses clandestinos são autuados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, e o contratante, aquele que contrata, nada sofre por ter contratado o clandestino. Portanto, eu queria pedir ajuda à Polícia Civil, ou pedir à Câmara que faça uma lei que puna também essas pessoas que contratam o serviço clandestino, porque quem sai prejudicado, sempre, é a pessoa que está fazendo a segurança, e muitas vezes são trabalhadores que desconhecem a lei.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Elton.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor do Sindicato dos Vigilantes, Edmilson Rodrigues.

SR. EDMILSON RODRIGUES – Cumprimento a Mesa em nome do nosso amigo vigilante, diretor desse sindicato também, companheiro Chico Vigilante.

Eu vim falar um pouco com base no que o Elton comentou aqui, Chico. Hoje, para você ser um agente de portaria – não desqualificando os companheiros agentes de portaria, companheiro Índio –, tem que ter o curso de vigilante. Hoje, 90% dos agentes de portaria que têm que ter o curso de vigilante, é critério para ser agente de portaria. Mas não pagam a esses companheiros o salário devido a um vigilante. Nós estamos vindo de uma reunião, Deputado Chico Vigilante, na UnB, onde qualificaram todos os agentes de portaria, que fizeram um curso, entraram no critério para ser vigilante e estão lá esperando a oportunidade de serem vigilantes. Mas não estão tendo essa oportunidade. Eles estão prestando serviço de vigilante. Nós estivemos hoje numa visita com a Diretora do Sindicato, companheira Tiana, e observamos de perto a angústia desses companheiros. Convidaram o sindicato para ir lá ver de perto o que acontece com eles. Não estou desfazendo dos agentes de portaria, acho que é uma categoria também, mas o que não pode, companheiro Índio, é este tipo de situação: o agente de portaria ter que ser qualificado para trabalhar como vigilante e receber um salário bem menor.

Outra coisa também, e aqui chamo o companheiro Rodrigo para uma discussão, é a questão das lotéricas. Não sei como é o nome disso que eles fizeram: estão tirando vaga de bancários para colocar nas lotéricas. E, pelo que eu entendo da Lei 7.102, para ser bem claro e falar na nossa linguagem, se mexeu com dinheiro, tem que ter um vigilante. A Lei 7.102 é clara, e as lotéricas, os Correios continuam com esse tipo de serviço. Prestam um serviço de agentes bancários, mas não são bancários, na verdade, e não têm a segurança também. Então eles sofrem duas



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	24

vezes: por não serem bancários e por não terem a segurança. E aí, Índio, o que acontece hoje na segurança privada? Eles colocam câmeras nos lugares, e eu entendo – e o sindicato também entende – que essas câmeras são para auxiliar o vigilante. Não é para tirar o vigilante e colocar a câmera. Ela tem que ser auxiliar do vigilante. Então eu levo isso à discussão para o sindicato patronal, para o empresariado. Muitas vezes o empresário da área privada de segurança atua nesses tipos de serviço também.

Outra coisa que me deixa triste, Deputado Chico Vigilante, é chegar hoje numa empresa de segurança, que vende segurança, e encontrar na portaria um agente patrimonial. O cidadão vende o trabalho de vigilante e, na própria empresa, há um agente patrimonial. É um absurdo!

Então, eu gostaria que você levasse ao seu sindicato essa discussão para que as empresas, pelo menos, tomem consciência disso: colocar um vigilante na própria porta da empresa de segurança. Ela vende serviço de vigilante, ela qualifica o vigilante, ela emprega o vigilante e, na hora de dar segurança à empresa, ela coloca um agente de portaria – não desmerecendo o agente de portaria.

Era isso.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado, companheiro Edmilson.

Concedo a palavra ao diretor e proprietário da Academia Star – Curso de Formação de Vigilante, Sr. Geraldo Marmo Machado.

SR. GERALDO MARMO MACHADO – Quero parabenizar, primeiramente, a pessoa do meu amigo Deputado Chico Vigilante por esta iniciativa, exemplo que deve ser seguido por todas outras câmaras pelo Brasil afora. Eu o conheço de longos tempos. Já tive o prazer de recebê-lo em minha academia, Star, para participar de palestras e, na oportunidade, o Deputado Chico Vigilante viu a seriedade dessa atividade chamada segurança privada no Brasil.

Essa atividade se assemelha muito ao serviço de segurança pública. A única diferença da segurança privada para a segurança pública é que nesta é um agente do Estado e naquela são agentes privados. Qual a minha finalidade? Defender vidas e patrimônios.

Deputado Chico Vigilante, não é justo que um vigilante, um aluno que passa 160 horas em uma academia curtindo as matérias... São 11 disciplinas, e, se me permite, vou aqui enumerá-las. Noção de Segurança Privada: nela, o aluno terá conhecimento do que é essa atividade. Na matéria Legislação Aplicada, ele conhece o Direito Penal, o Direito Constitucional, o Direito Trabalhista e a Lei de Crimes Ambientais, que é a Lei nº 9.605. Na matéria de Direitos Humanos, o aluno vai aprender a respeitar os direitos humanos das pessoas e não a espancá-las, como



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	25

alguns colegas falaram aqui. Na matéria Criminalística e Técnica de Entrevista, que é dada geralmente por um técnico, o aluno vai aprender sobre quais são os locais do crime que ele deve preservar. Na matéria Combate a Incêndios e Primeiros Socorros, ele vai aprender a como também preservar o patrimônio da empresa que o contratou. Há também uma matéria chamada Sistema de Segurança Pública e Crime Organizado. Ela é dada por um delegado federal no caso da minha academia. Nela, o aluno vai aprender como são os crimes organizados que aparecem Brasil afora. Não é preciso enumerá-los porque todos nós os conhecemos. O aluno tem que aprender também a trabalhar com rádio-comunicação, que é o elemento primordial de uma empresa que tem que ter comunicação. A defesa pessoal, é importantíssimo que o aluno aprenda também, não para bater em ninguém e, sim, para defender. Nossos judocas – que são faixa preta, faixa riscada por aí afora – ensinam ao aluno não agredir ninguém, e, sim, defender. Finalmente, a matéria Tiro. Eu digo aos meus alunos que eles têm uma arma na cintura não para matar, e, sim, para defender. Quem usa arma para matar são os marginais, e o vigilante não é marginal. Ele usa a arma, que é um instrumento de defesa, para defender vidas e patrimônio.

Não é justo, Deputado Chico Vigilante, que um cidadão que paga uma importância, sei lá, pelo curso, que fica curtindo matérias por 160 horas, depois, perca seu lugar para um clandestino, um fantasma – todos falam aqui sobre esse fantasma que é o vigilante não tem curso nenhum. O aluno passa as 160 horas/aula na academia, que seja a minha ou outra qualquer, curtindo matérias. Deixa sua família em casa, deixa seus afazeres, deixa seu lazer em casa para ficar na academia, e, quando termina o curso, vai ao mercado arranjar um serviço e lá encontra um brutamonte de um homem que não é vigilante, é um fantasma. Isso compromete a categoria, porque, quando aquele elemento que não é vigilante, é um fantasma, faz alguma coisa errada, dizem: “Ah, foi o vigilante!”.

Deputado Chico Vigilante, agradeço sua iniciativa de me trazer a este microfone para usar a palavra. Sinto-me muito à vontade, porque aqui é a nossa casa, é a Casa que vota as leis para atender aos anseios de uma sociedade. Esta comissão, com muita felicidade e com muito acerto, está trazendo a público que a segurança clandestina tem de ser combatida.

A Polícia Federal, através do Dr. Cleiton Xavier, que é o coordenador-geral dessa atividade... Nós sempre nos reunimos. Inclusive, encontrei V.Exa. no Restaurante San Lorenzo, ocasião em que apresentei várias pessoas de outros Estados que estavam em Brasília exatamente para combater a clandestinidade.

O Dr. Cleiton, delegado, gaúcho, assumiu agora a coordenação-geral. Ele está com muita disposição para colocar seus homens na rua para combater esse fantasma, essas empresas clandestinas que estão operando no Brasil afora.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	26

Se os senhores entenderem o que é a estrutura do DPF – Departamento de Polícia Federal – da qual posso falar porque a ela pertenci por muitos anos... Nossos 26 Estados e o Distrito Federal têm representantes do DPF, que são as SR – Superintendências Regionais –, para combater o clandestino. Dos 5.565 Municípios deste nosso País, o DPF está presente somente em 89 municípios. Onde há a necessidade de combater o crime, seja na área de vigilância ou em outras áreas, o DPF está presente com delegacia em 89 municípios. Ainda faltam muitas para chegar aos 5.565.

Para finalizar, Deputado, a segurança privada no Brasil é uma atividade legalizada. A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, deu ao DPF essa atribuição. O Dr. Adelar, que foi anterior ao Dr. Cleiton, criou uma portaria, citada no painel que V.Exa. apresentou, que dá muita habilitação aos policiais para fiscalizar e combater a criminalidade. É um crime, como disse bem o delegado da Civil. O artigo 47 da nossa lei estabelece crime, apesar de prever uma prisão curtinha, de 5 a 15 dias de prisão, por uso indevido da profissão.

Existe no Senado Federal, nas mãos do Senador Heráclito Fortes, o Projeto de Lei nº 168 para modificar essa Lei nº 7.102, e vai ser chamado Estatuto da Segurança Privada no Brasil.

O DPF agora está engessado para combater a clandestinidade porque não existe uma lei que pune o clandestino. A única punição que ele sofre é o policial federal ir lá e fechar a agência. "Eu vou montar uma empresa clandestina e se colar, colou." Não é crime, por enquanto. Então, está engessado o DPF em atuar na área criminal.

A nova lei estabelece que o contratante e o contratado são um criminoso e prevê de dois a quatro anos de cadeia. Vai ser uma forma inibidora. Espero que os Congressistas do Senado e da Câmara dos Deputados... Esse projeto está há três anos rodando por lá e ainda não foi votado, não foi aprovado. O DPF já disse que está perto de ser modificada essa lei, e isso é preciso. Essa lei fez 28 anos e está defasada. Nós precisamos, para dar a essa classe trabalhadora, que é a vigilância, de algo mais. São profissionais legalizados. A sociedade não pode mais viver sem a segurança privada no Brasil. São homens acreditados, são homens que passam por academia e provam a sua idoneidade ilibada, porque não tem nada que arranhe a sua conduta. Eles apresentam quatro certidões criminais provando que não são marginais. A sociedade não pode dizer hoje que nos quadros da segurança privada do Brasil existe marginal. Não, porque eles passam por um crivo.

Existe um sistema na Polícia Federal chamado Sinic, Sistema Nacional de Investigação Criminal, ligado ao INI, Instituto Nacional de Investigação. O que acontece na prática? No Acre aconteceu um crime. O delegado instaurou o inquérito, procedimento criminal da delegacia, relatou o inquérito e mandou para a justiça.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	27

Nesse minuto o Tribunal de Justiça lá do Acre manda para Brasília a informação de que esse cidadão tem um crime. Quando se manda para a Polícia Federal a ficha daquele aluno, ela vai diretamente ao sistema e o sistema detecta. Então, o vigilante, quando passa por uma academia, seja a minha ou seja outra qualquer, a vida dele é buscada em nível nacional, por meio do Sinic.

Desse jeito, quando a gente termina um curso – eu terminei uma turma hoje de noventa e tantos alunos, quase cem –, eu mando para a Polícia Federal uma comunicação através de uma consistência de quem terminou o curso. Nesse momento, esse homem que era aluno passa a ser vigilante, ainda não credenciado, porque o sistema não credenciou, que é o Sinic, Sistema Nacional. O Sinic dá para ele um número, um registro. A partir daí, esse homem pode buscar o mercado de trabalho.

Estamos diante agora de uma Copa do Mundo, em 2014. Sabe-se perfeitamente que as polícias, seja civil, militar, rodoviária, ferroviária, não darão conta da segurança dos doze estados brasileiros que vão abrigar a Copa. O DPF já criou um sistema – já está em minhas mãos – de um curso especial para eventos esportivos. Aconteceu aqui em Brasília, no início do ano, uma reunião com a FIFA. A FIFA quer que a segurança privada no Brasil atue nos estádios de futebol, a exemplo da Inglaterra e da África do Sul. A exemplo do que aconteceu agora em Goiânia, no dia 4 de junho, o amistoso entre Brasil e Holanda, em que atuaram dentro do estádio de futebol vigilantes. Se vocês prestarem atenção foi a empresa Prosegur que, com 650 vigilantes, já atuou dentro do estádio de futebol.

Nós estávamos na Bahia, em Salvador, numa reunião, e o Dr. Irenaldo disse: “Eu quero fazer um teste inicial. Vamos ver se a segurança privada vai atuar de forma efetiva dentro do estádio de futebol”. É o pontapé inicial. As academias terão que qualificar, formar os alunos em uma extensão para eventos esportivos, para que a FIFA, que fez um acordo com o Governo Federal, fique mais tranquila. Porque o vigilante dá ao local uma sensação ou então um conforto de ter segurança. Como os senhores que quando vão a um mercado, a um *shopping*, que vêem o segurança no local especial dele, sabem que é um segurança. Eu me sinto confortado, porque eu sei que tem um cidadão tomando conta de mim, que é da segurança privada.

Para encerrar, Sr. Deputado, essa sua iniciativa foi primordial. Eu espero que seja a primeira, que nós sejamos convocados, convidados para participar de outros eventos. Parabéns aos vigilantes! Aqui tem alguns alunos meus. Parabéns a essa empresa de vigilância dirigida pelo meu amigo Irenaldo. Parabéns ao Jervalino, que está lá já há 16 anos comandando esse grande sindicato. Parabéns ao meu amigo José Boaventura, que conheço bem, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes. Febraban, Prefolio, parabenizo a todos. O senhor é a principal pessoa parabenizada aqui. Muito obrigado. Até a próxima.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	28

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Professor Geraldo.

Eu concedo a palavra ao Sr. João França Lopo, do Sindisep, Sindicato dos Servidores Públicos Federais que, segundo informações do Jervalino, é aposentado como vigilante.

SR. JOÃO FRANÇA LOPO – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Chico Vigilante e os vários companheiros do plenário. Eu, graças a Deus, sou felizardo, sou um aposentado, fui diretor do Sindicato dos Vigilantes e vivi isso na pele. Várias vezes fui até ameaçado de morte no começo, porque a gente não sabia fazer o serviço. Depois, eu e o meu amigo Chico Lambe-Lambe, que está aqui, aprendemos a fazer o serviço, e nunca mais aconteceram ameaças.

Uma vez, por exemplo, nós estávamos em uma campanha salarial e estávamos fazendo a campanha quando depois um cara correu com o carro de som e desligou o carro de som porque disse que tinha um cara com uma 380 o seguindo. Eu falei: “Só podem ser os clandestinos”. Aí nós montamos um esquema: nós íamos a todos os mercados, chegávamos lá e comprávamos um pacote de balinhas, um barbeador, uma pasta dental, e saía com o *ticket* do mercado, que era o que eu queria para fazer ofício para a Polícia Federal, porque lá eu sabia que tinha um policial civil, um PM trabalhando à paisana tomando o posto de um vigilante. E se você fosse abordar ele, a reação era complicada, então você pegava por meio daquele *ticket*. No posto de gasolina, você chegava numa loja de conveniência e com uma carteira de cigarro que você comprasse eles eram obrigados a dar o *ticket*. Com aquilo ali, eu tinha o CNPJ, tinha o endereço, tinha tudo e fazia o ofício para a Polícia Federal. Toda Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia, toda cidade que nós rodamos, fizemos. Agora, o que falta?

Eu quero sugerir para as empresas, o Índio está aqui. Isso é uma luta nossa para garantir o emprego de um companheiro vigilante, é uma luta do sindicato, mas quem sai beneficiado são as empresas também, que são órgãos gestores tomadores de serviço, e aí cabe uma campanha forte na mídia orientando todos os empresários, donos de *shopping*, donos de postos de gasolina, de mercados, quem quer que seja, para não colocar vigilantes clandestinos, porque em muitos lugares eles colocam PMs. Eu, por exemplo, tinha um amigo meu, e eu até discuti com ele, que era PM, e ele fazia serviço em posto de gasolina direto. Ele recebia, por exemplo, por mês sem contracheque, sem nada, porque ele era policial, e na hora da folga ele ia para lá. E nós que pagamos impostos? E a segurança pública, como é que fica? O cara que trabalha numa jornada, por exemplo: um PM tinha uma jornada de 24 horas lá no quartel, e ainda puxava mais doze horas fazendo segurança clandestina, e aí como é que fica quando chegar o outro plantão dele? Sem falar que quando ele está lá naquele posto num *shopping*, por exemplo, muitos donos de *shopping*, como o



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	29

Carrefour, por exemplo, vários se interessam pela PM, por quê? Porque se tem qualquer problema ali, ele já tem contato direto com o comandante e já envia uma, duas, três viaturas para lá, mas e aí a população como é que fica? Não pode.

Quero parabenizar o Professor Geraldo quando ele fala que infelizmente nós temos cinco mil e tantos municípios, e hoje a Polícia Federal não tem estrutura, e está em oitenta e poucos. Por quê? Vontade tem, mas, infelizmente, o Estado não oferece condições de ter hoje policiais federais atuando em todos os municípios. Nós estamos falando de Brasília, mas se você pegar a região do Entorno não é diferente, não. É a mesma coisa. Um abraço a todos e muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, João França Lopo.

Concedo a palavra ao Sr. Edinaldo Pereira de Carvalho, que é vigilante.

SR. EDINALDO PEREIRA DE CARVALHO – Boa tarde a todos, em especial ao Deputado Chico Vigilante, ao Jervalino e a toda a Mesa. Eu sou Edinaldo, vigilante da Lema, do grupo Brasília, há 20 anos. Eu entrei pela Dinâmica em 1991, na época era do grupo Pedrosa e aí fizeram uma “maracutaia” lá e passou para a *Blue Star*, e veio a falir. Então, eu quero parabenizar o Deputado que implantou essa lei aí para nos proteger do calote das empresas picaretas. Eu fui vítima da *Blue Star*, porque ela deu uma onda de falida, e até hoje não recebi. Inclusive, a empresa na época parece que era da hoje Deputada aí, a Deputada Eliana Pedrosa, e não estou blefando. A minha carteira está lá em casa, assinada. Inclusive, nunca foi lhe dado baixa, ela está lá. Parabênizo o Deputado por essa lei que nos resguarda de calote.

Outro ponto que eu quero tocar é que nós, os vigilantes, falamos juntos, dentro do ônibus, no serviço, sobre os 30%. Em especial, quero falar para o Jervalino. Quem nos garante que as empresas não irão usar esses 30% para não darem um aumento razoável? Podem dizer que não vão dar mais porque já deram os 30%. Só estamos querendo saber isto: quem nos garante que não vai acontecer isso? Esse é um papo que rola entre a gente. Esses 30% vêm rolando há muito tempo: vai sair, vai sair e não sai nunca; saiu só 5%. Talvez estejam deixando o restante, esses 25% mais para frente, porque vem um aumento aí em janeiro. Desde maio do ano passado que não recebemos aumento. Então, será um ano e pouco sem aumento. Estamos com medo disto, de eles aproveitarem esse aumento dos 30% para usarem no aumento real que teremos. Não sabemos. É com isso que estamos preocupados.

Enfim, agradeço a todos. Parabéns, Chico, pela sua iniciativa. Estaremos juntos sempre nas próximas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só a título de esclarecimento, Edinaldo: a Blue Star era de um grupo do Rio de Janeiro. A verdade



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	30

precisa ser dita, a justiça tem de ser feita. A Deputada Eliana Pedrosa não tinha absolutamente nada a ver com a Blue Star, que era do mesmo grupo da Celer, que depois virou Blue Star e deu o calote que deu nos trabalhadores. Por isso, fizemos essa lei que está aí.

Neste momento, encerradas as inscrições, passarei a palavra aos componentes da mesa para as considerações finais.

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Britto.

SR. RODRIGO BRITTO – Deputado Chico Vigilante, novamente parabeno-o pela iniciativa. Nas falas dos companheiros, vários temas foram levantados. Há muito a ser debatido. Importantes declarações foram feitas, como, por exemplo, a do companheiro Edmilson sobre a ausência, hoje, de uma segurança real nos correspondentes bancários. Esse é um debate que tem de avançar. Há um projeto de lei construído pela CNTV junto com a nossa confederação, a Contraf, que está avançando em diversos municípios, e esperamos que também avance aqui no Distrito Federal. Temos que avançar, em especial, o debate sobre a questão dos correspondentes, pois entendemos que tem de haver postos de vigilantes, sim, em todas as lotéricas e em vários outros locais. Hoje, não há segurança ideal para os trabalhadores, que já são precarizados. Sobre os correspondentes, tivemos uma audiência pública no último dia 16 de agosto na Câmara dos Deputados. Esperamos continuar construindo e colaborando nessa discussão.

Como foi falado, em relação à Copa do Mundo e a questão da segurança privada nos estádios, há uma concordância. O Deputado Chico Leite participou outro dia, inclusive, de um seminário da Confederação Nacional das Torcidas Organizadas, que foi realizado na sede da nossa entidade. Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de fazer uma solicitação – vários colegas já foram a V.Exa. Precisamos realizar uma audiência pública, uma discussão sobre a Copa do Mundo, até porque a população está sendo impedida de se manifestar sobre a situação do Ricardo Teixeira e da Copa no nosso país, no Brasil. No último final de semana, tivemos manifestações das diversas torcidas organizadas, manifestações em conjunto no Gre-Nal, Corinthians e Palmeiras, Santos e São Paulo. E a agressão que vimos não foi por parte das torcidas organizadas, mas sim, muitas vezes, por parte do Estado tentando interferir, impedir o direito das pessoas de se manifestarem. Agora, algumas pessoas que estão à frente desse movimento estão sendo perseguidas, e algumas torcidas, inclusive, estão sendo ameaçadas de extinção. Então, esse debate tem de avançar.

Estaremos à disposição para contribuir com o gabinete, com o mandato de V.Exa. e com todos os trabalhadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Rodrigo.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	31

Concedo a palavra ao Sr. João Soares, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes, para as suas considerações finais.

SR. RODRIGO BRITTO – Mais uma vez, Deputado Chico Vigilante, quero parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer, em nome da Confederação, pelo convite feito por V.Exa. para que estivéssemos presentes nesta audiência pública.

A partir do momento em que organizarmos essa discussão nos estados, você será convidado ao Estado do Paraná para ajudar a debater esse assunto tão importante para a sociedade brasileira, que é a questão da segurança privada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro João Soares.

Concedo a palavra ao Chefe do Núcleo de Controle de Atividades Especiais da Secretaria de Segurança Pública, Sr. José Tadeu Braga Lopes, que representa nesta atividade, o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

SR. JOSÉ TADEU BRAGA LOPES – Deputado Chico Vigilante, reitero aqui o agradecimento por essa oportunidade para discutir a segurança. Como eu disse antes, isso nos ajudará no trabalho do dia a dia.

Eu quero lhe dizer, Deputado Chico Vigilante, que foi bastante enfatizada a questão de o policial fazer segurança. Por parte da Secretaria de Segurança, não há nenhuma convivência com isso, não. A Secretaria não apoia isso, não. Eu lhe digo o seguinte: sou policial civil e trabalhei muito tempo na Corregedoria de Polícia. Policial civil é impedido de exercer qualquer outra atividade sob pena de demissão. Atividade paralela na Polícia Civil dá demissão. Quem pode exercer o controle repressivo do policial são as corregedorias. Eu, desta reunião aqui, vou elaborar um relatório e passá-lo ao Secretário de Segurança. Não tenho situações mais concretas, mas já falei com o Presidente do Sindicato. Ele vai me passar situações concretas, e vou relatar para o Secretário de Segurança. Repito: na Polícia Civil, nosso regulamento é de 1965 e é rigorosíssimo. Todo mundo sabe. Na Polícia Civil, ninguém manda procurar a Corregedoria. Ninguém manda, não. O policial tem medo, porque foi o único lugar em que vi mandar servidor público embora. A Polícia manda, seja delegado, médico legista — temos caso concreto —, agente de polícia. Vão muitos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado. As palavras do senhor nos animam bastante, porque dão-nos a certeza de que o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato das Empresas tomarão as providências necessárias para fornecer as denúncias, porque o senhor age em cima de informações. Não adianta falarmos que existe e não apresentarmos o fato. Creio que tanto o Jervalino como



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	32

nosso amigo Índio estarão abastecendo a Secretaria com muita informação para que possamos punir essas atividades indesejadas.

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Sr. Jervalino Rodrigues Bispo, para as considerações finais.

SR. JERVALINO RODRIGUES BISPO – Antes de fazer as considerações finais, quero responder à pergunta do nosso companheiro sobre os 30%, de que sempre falamos. Companheiro, você me fez uma pergunta, e eu quero que você preste bastante atenção à resposta que vou lhe dar. Os 30% são o Projeto de Lei nº 1.033, que está na Câmara dos Deputados. Ele já foi votado no Senado, em todas as comissões, e volta para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados. Estamos brigando para que ele entre em pauta. Já há dezoito requerimentos de Deputados para ele entrar na pauta. Nós vamos depender dessa votação e da sanção da Presidência da República. Estamos trabalhando para acontecer isso. Os 5% de que você está falando foi uma briga na nossa convenção coletiva. Mesmo antes de aprovar a lei, já negociamos esses 30%. E categoria forte faz isto: briga para legalizar, mas antes vai buscar. Temos garantido em nossa convenção coletiva os 5% e, se a lei demorar a sair, os 25% dividido em três. Convenção coletiva, três negociações, que não têm nada a ver com o nosso reajuste de salário. O reajuste de salário de cada categoria é do tamanho da sua coragem e da luta. Tenho certeza de que, em janeiro, na nossa data base, teremos um reajuste razoável, porque nunca saímos de uma data base nossa sem repor toda a inflação daquele tempo e sem ganho real. Sempre repomos a inflação e o ganho real, que é uma prova da coragem e mobilização da categoria. Pode ficar despreocupado porque a única preocupação que eu quero que você tenha é a de estar nas assembleias conosco, dentro das greves. Se por acaso o Dr. Índio ficar amarrando para negociar, nós paramos primeiro a empresa dele.

Fazendo as considerações finais, eu quero agradecer o Deputado Chico Vigilante e dizer também que eu fiquei muito animado com o Dr. Tadeu. Quero dizer a ele que nós vamos municiá-lo com informações porque temos muitas. Amanhã eu vou pedir ao nosso secretário-geral, Moisés, que cuida dessa área, para que levante todas as informações que nós temos, doutor. Vamos passá-las às mãos do senhor.

Obrigado, gente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, companheiro Jervalino.

Eu passo a palavra ao Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Distrito Federal, Dr. Irenaldo Pereira Lima, o nosso conhecido Índio.

SR. IRENALDO PEREIRA LIMA – Obrigado, Deputado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	33

Antes das considerações, eu quero responder duas perguntinhas. É um aperto muito grande esse tal de Elton e esse tal de Edmilson todo dia no meu pé. Vamos responder as perguntas deles aqui rapidinho.

Sobre o agente de portaria que atua na função de vigilante, nós estamos fazendo, Elton, com a nossa assessoria jurídica do sindicato, o nosso primeiro informativo. Nós estamos praticamente copiando o que o sindicato laboral faz. Ele solta o jornalzinho “metendo o pau” nas empresas. Eu acho justo, há empresas que não são sérias, mas deveriam falar também das empresas que são sérias, mas não falam. Eu estou acertando isso com o presidente para podermos ver.

Estamos informando através do nosso informativo como se deve contratar a segurança, qual é a função do agente de portaria, qual é a função do porteiro, qual é a função do vigilante. Isso tudo estará bem explicado e deve estar saindo agora em setembro.

Sobre a questão do sistema de CFTV, o Edmilson falou que às vezes se troca o equipamento pelo homem. Isso realmente existe, mas acontece com empresários que não são sérios porque, quando o empresário sério ganha uma licitação, chega a um posto, como é o caso da minha empresa no Detran, que nunca em quase trinta anos lá dentro... Empresas já passaram por lá e nunca foi feito um plano de segurança. Hoje, monitoro 102 câmeras e continuo com o efetivo, que agora aumentou. Então, nós provamos que o equipamento só vem para complementar o serviço de segurança. Quando há um plano de segurança sério no órgão e o gestor de segurança da empresa tem que fazer isso, a diminuição é inválida.

Para as considerações finais, Deputado, eu prometo a V.Exa. que, na próxima vez que eu for convidado, vou trazer, vou encher isso aqui de empresários sérios porque nós somos taxados — estou falando agora como empresário, não como presidente do sindicato — como empresas, como empresários picaretas, usando o argumento que eu sempre ouvi o Deputado usar. São poucos, não são muito que existem. Essa lei que S.Exa. vai fazer... Nós vamos sentar, Deputado. V.Exa. pode ter certeza de que isso é bom não só para as empresas como também para o trabalhador. Com essa lei, eu garanto a V.Exa. que dessas 68 que existem 30 vão pedir para sair.

Muito obrigado. Eu agradeço a todos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, nosso Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Chefe da Assessoria Institucional da Polícia Civil do Distrito Federal, que neste ato representa a Dra. Mailine, o nosso delegado Jurandir Teixeira Pinto, para as considerações finais.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01	09	2011	15h25min	77ª SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	34

SR. JURANDIR TEIXEIRA PINTO – Mais uma vez, quero agradecer ao Deputado o convite para que possamos debater essa questão e fazer uma reiteração da situação da nossa instituição Polícia Civil, que o Dr. Tadeu explanou.

Nós não transigimos nessa situação. Lá nós não admitimos um policial ter principalmente esse bico de iniciativa privada e reitero o que falei: se houver e tiverem conhecimento, denunciem. Nós queremos limpar nossa instituição porque não acreditamos que isso seja um meio de vida do policial. O policial civil tem o seu salário, tomou posse no cargo para defender a sociedade como policial civil. Se ele quiser fazer outra coisa na vida, ele tem que procurar outro caminho. Lá nós não defendemos esta situação. Diferentemente de outras instituições que acham que é melhor o policial fazer esse bico do que estar fazendo outra coisa, como já vimos publicamente, a Polícia Civil é intransigente nessa situação, não permite que o policial civil faça vigilância particular, clandestina. Isso é coisa para bandido. Se ele quiser usar o cargo dele nessa situação... Nós não permitimos isso. Eu gostaria de fazer essa reiteração firme, porque a nossa instituição é séria e não vê essa situação do policial, fora do seu horário ou até mesmo dentro do seu horário, utilizando do seu cargo público para essa finalidade.

Nós nos colocamos mais uma vez à disposição de vocês para receber essas denúncias e fazer esses encaminhamentos para que essa chaga seja, realmente, apagada da nossa sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu agradeço ao senhor e gostaria que transmitisse à Dra. Mailine o nosso respeito do Poder Legislativo. Creio que essa é a opinião dos trabalhadores e dos empresários aqui representados em relação à Polícia Civil, essa importante instituição que tanto colabora com a segurança pública do Distrito Federal, uma instituição respeitada por todos nós do Distrito Federal. Pode ter certeza do nosso carinho e do nosso respeito pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Vou ler, neste momento, a mensagem do Deputado Raad Massouh:

“Quero cumprimentar todos vocês e, em especial, o Deputado Chico Vigilante pela realização desta comissão geral e meu pedido de desculpas por não poder comparecer por estar em um compromisso anteriormente agendado.

A consciência para que não só uma pequena parte possa ser qualificada é fundamental para o bom desempenho da importância desses profissionais.

Contem sempre comigo,

Deputado Raad.”



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	35

Neste momento, quero agradecer aqui a presença de todos e de todas e dizer da importância da produção que fizemos nesta tarde. Vamos depois compilar, através do trabalho feito aqui pelos nossos taquígrafos, que são competentes e muito sérios. Tudo que foi feito aqui fica registrado, até as vírgulas. Eles não deixam escapar nada, porque é um corpo técnico da mais alta qualidade, como o pessoal que está gravando. Vamos depois fazer uma compilação e disponibilizar para o Sindicato dos Vigilantes, o Sindicato das Empresas, o Sindicato dos Bancários, a Confederação, a Secretaria de Segurança e a Polícia Civil toda a discussão que aconteceu aqui, para colocarmos em prática as questões levantadas.

Já estamos programando, Jervalino e João Soares... Essa semana ainda vamos nos reunir com vocês para programarmos, provavelmente para o dia 9 de novembro, porque precisamos ter um certo tempo para a organização, a realização de um grande seminário aqui na Câmara Legislativa, trazendo a Polícia Civil, o Secretário de Segurança, a Polícia Militar, porque ela precisa estar integrada nesse combate à clandestinidade, o representante do Ministério da Justiça, a Polícia Federal. Vamos fazer um esforço para trazermos o Ministério Público do Distrito Federal para esse grande seminário. Vamos convidar os trabalhadores para que estejam presentes. Desse seminário, vamos sair com propostas objetivas para o combate a essa coisa terrível que é a vigilância clandestina no Distrito Federal.

Creio que, com todos dando as mãos, vai ficar mais fácil esse combate. Esse não é um trabalho só de polícia, esse é um trabalho conjunto, de todos, dos vigilantes, dos empresários e da força de segurança do Distrito Federal. Saio daqui muito animado com a participação de vocês, a franqueza, a sinceridade, a presteza com que os representantes da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança compareceram aqui. A presença dos trabalhadores nos anima.

Vamos fazer esse seminário no auditório, onde cabem 490 pessoas sentadas, porque na medida em que tivermos um grupo grande de empresários, de operadores da segurança privada, de vigilantes, de tomadores de serviços, especialmente o pessoal dos bares, para poder contratar direito.

Eu tenho observado, e é uma coisa que eu sempre discutia com o Eunício, quando ele era Presidente do Sindicato das Empresas, e já discuti isso com o Índio também, Dr. Tadeu, que fica muito mais barato para um comércio, para um supermercado, para uma loja, qualquer que seja, contratar um serviço legal de transporte de valores do que ficar contratando clandestino, pagando muitas vezes um policial para acompanhar um táxi ou um carro comum. A gente vê que todos os dias eles perdem dinheiro, há aumento do índice de criminalidade. Muitas vezes é uma irresponsabilidade do próprio comerciante que poderia contratar uma empresa legalizada para fazer o transporte, diminuindo a estatística de roubo, de assalto. Isso ficaria muito mais barato. Lá no Maranhão a gente tem um velho ditado: "Quem paga mal paga duas vezes". E é o que está acontecendo, pois o ladrão vem, leva,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01	09	2011	15h25min	77ª	SESSÃO ORDINÁRIA/COM GERAL	36

não tem seguro, não tem nada. Além disso, há essa sensação de insegurança. Precisamos acabar com essa ideia de que o Distrito Federal, onde fica a Capital da República, é inseguro.

Quero que V.Sa., Dr. Tadeu, transmita ao Dr. Sandro Avelar que todos nós aqui, ao circularmos pelas ruas, temos visto a presença ostensiva da Polícia Militar e da Polícia Civil. Ver viaturas espalhadas na cidade inteira traz uma sensação de segurança, e é assim que deve ser. Tem de haver o combate ao crime no Distrito Federal. Brasília não vai ser a capital dos criminosos. Tem que ser a capital dos homens e mulheres trabalhadores e honrados, que é o que nós somos. Se alguém quiser praticar crime, terá que mudar de território. E aí temos que estar todos engajados, de mãos dadas neste sentido.

Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades, do Governo e da sociedade, aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Declaro encerrada esta Comissão Geral.

(Levanta-se a comissão às 18h02min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 171 – Suplemento, de 20/09/2011.